

A difícil integração dos países do Cone Sul

The long process of integration of the Southern Cone countries

Virgílio Arraes*

Meridiano 47 vol. 12, n. 123, jan.-fev. 2011 [p. 42 a 39]

Introdução

A perspectiva de integração na América do Sul, embora frustra, recua à primeira metade do século dezanove, após o processo de independência dos Vice-Reinos da Espanha e do Reino Unido de Portugal. Uma das primeiras tentativas ocorreu no Congresso Anfictiônico, de 1826. Monarquia no Brasil e república no restante do continente dificultaram aproximação maior. Em novembro de 1889, ela encerrou-se por um golpe de Estado, tendo sido uma das conseqüências o desejo de chegar-se mais aos vizinhos.

Todavia, o estreitamento no começo do século vinte não se materializou, em parte devido à estrutura da economia regional. Em sendo agroexportadores e endividados, os sul-americanos relacionavam-se mais com norte-americanos e britânicos do que consigo mesmos. A Crise de 1929 e a II Guerra Mundial, de 1939, não modificaram o relativo distanciamento.

Somente em 1947, a idéia de maior convergência se renovou, diante de dois fatores: a inexistência de apoio estatal norte-americano e a impossibilidade de auxílio europeu para promover o desenvolvimento. A preocupação dos Estados Unidos dirigia-se para a recuperação da Europa e para a renovação da Ásia, em função do receio do comunismo.

Anos 50: primeiros passos

Entre 1953 e 1954, Brasil e Argentina reuniram-se para tratar da implementação de uma união aduaneira, porém, por conta de problemas políticos, a negociação não avançaria – em menos de um ano, Juan Perón sofreria um golpe de Estado e Getúlio Vargas se suicidaria, com o propósito de não se lhe aplicar um também.

Aos olhos da oposição brasileira, o estreitamento com a Argentina significava a formação de um regime sindicalista e o afastamento dos Estados Unidos, principal comprador; aos da platina, exprimia o risco de maior desindustrialização, em face da aquisição crescente de produtos químicos e metalúrgicos, com indesejada dependência concernente ao Brasil.

Dada a escassez de dólares dos dois, o entendimento bilateral foi considerado pelas diplomacias como a melhor forma de impulsionar o comércio exterior, por trocas, e de manter preço mínimo para produtos exportáveis como café, algodão, látex, lã, couro e trigo.

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@unb.br).

Além do mais, o abeiramento argentino-brasileiro contribuiria para reduzir a instabilidade política da região. Apesar do revés, a idéia de integração permaneceu e posteriormente ampliar-se-ia, ao contemplar a possibilidade de abranger mais países (Porcile 1995; Hilton 1985).

Naquele período (1958), o Itamaraty concertou a Operação Pan-Americana (OPA), um esforço de regionalmente encaminhar a questão do desenvolvimento, uma vez que não havia convergência entre as aspirações sul-americanas e as norte-americanas.

O objetivo foi o de estabelecer uma área de livre-comércio no longo prazo; assim, haveria a possibilidade de desenvolver-se, de superar a pobreza e de anular o comunismo – pouco antes, o Tratado Multilateral de Livre Comércio e Integração Econômica (Tratado de Tegucigalpa) havia tido a meta de um mercado comum centro-americano em dez anos.

Em carta ao Presidente Dwight Eisenhower em maio do mesmo ano, o Presidente Juscelino Kubitschek alertou-o sobre a crescente rejeição da opinião pública sul-americana ao seu país: insuficiência de recursos financeiros e técnicos. Seria imperativo alterar a política externa para a América do Sul. Eisenhower foi apenas protocolar na resposta; com isso, Kubitschek buscava uma alternativa com os países da região.

Um dos efeitos da atuação do Brasil, mesmo indiretamente, foi o estabelecimento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em abril de 1959, da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC) em fevereiro de 1960, e da Aliança para o Progresso, em agosto de 1961 (Maram 1990; Rodrigues 1962; Hilton 1981).

O objetivo dos membros da ALALC – Argentina, Chile, Brasil, México, Paraguai, Peru e Uruguai – foi o de suprimir barreiras para reforçar a complementaridade econômica. Aderiram a ela depois Colômbia, Equador, Venezuela e, por último, Bolívia – houve cláusulas temporárias de salvaguarda, com o fito de auxiliar a adaptação.

Como conseqüência, instituíram-se três grupos, a fim de aplicar as medidas de correção: os mais desenvolvidos, Argentina, Brasil e México; os intermediários, Colômbia, Chile, Peru, Venezuela e Uruguai; os menos desenvolvidos, Equador e Paraguai. O processo de adaptação levaria doze anos.

No fim dos anos 60, a ALALC já não atendia às expectativas. Em dezembro de 1969, modificar-se-ia a data para a zona de livre comércio: em vez de 1973, 1980, porém sob a seguinte denominação – Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

Anos 60: decepção nas tentativas de integração

Em abril de 1961, Brasil e Argentina estabeleceram um sistema permanente de consultas de alto nível, via tratado de amizade. No mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores, Santiago Dantas, afirmou que a rivalidade entre os dois países estava superada.

De início, os Estados Unidos simpatizaram com a iniciativa, mas descartaram-na, ao vislumbrar maior autonomia dos dois – a bipolaridade não ofertava boas condições para um exercício desenvolvido da política externa, mesmo regional. Ambos desagradaram a Casa Branca, ao não romper relações diplomáticas com Cuba, por exemplo.

A Argentina tentou regular o ingresso do investimento externo, com o fito de diminuir a dependência com o capital privado; o Brasil, após a renúncia em agosto de 1961 de Jânio Quadros, reatou laços com a União Soviética, firmou trocas comerciais com a China e reiterou o relacionamento com Cuba, apesar do desagrado dos Estados Unidos (Hilton 1981; Levinson 1972; Espartaco 1966; Moniz Bandeira 2006; Tulchin 1988).

Em 1º de abril de 1964, houve no Brasil um golpe militar, com o apoio norte-americano – na Argentina, ele havia ocorrido em março de 1962, ainda que, no final de 1963, houvesse eleição presidencial.

Embora Brasília e Buenos Aires confirmassem o interesse de um mercado comum, o alvo foi reforçar os laços com Washington, ao enxergar que a obtenção de relativa autonomia só seria obtida, se houvesse determinada interdependência econômica e política.

Por isso, houve o distanciamento de Cuba, o envio de contingentes em 1965 a São Domingos e a defesa de uma força interamericana de paz. Na economia, a complementaridade: produtos agrícolas por manufaturados, mas o crescente grau de industrialização brasileira não facultava mais uma relação tão assimétrica no curto prazo.

Em junho de 1966, efetivou-se um golpe de Estado na Argentina. A parceria com o Brasil seria mais política – anticomunismo e filoamericanismo acentuado – que econômica. Desta feita, o projeto de um mercado comum emperrou (Parkinson 1974; Philip 1980; Alencar Arraes 1964; Wolpin 1981).

Anos 1970: do distanciamento à aproximação

No término da década de 70, houve uma crise econômica, originada em parte por motivos políticos: a Guerra do Yom Kippur ou a Guerra Israelo-Árabe, de outubro de 1973.

A vitória de Israel fez com que membros da Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo desforassem-se dele e de seus aliados – o Ocidente – através do mercado petrolífero: o galão de gasolina nos Estados Unidos custava 40 centavos de dólar em outubro de 1973; em dezembro, quase 44 centavos; em junho de 1974, 55 centavos.

A subida ocasionou uma crise econômica mundial e afetou o modo por que a América do Sul se desenvolveria: o Brasil optou por crescer via endividamento externo, enquanto Argentina, Uruguai e Chile por abrir gradativamente a economia.

Argentina e Uruguai cogitaram uma união aduaneira, mas o Brasil logo demonstrou sua insatisfação: o Cone Sul era o marco fronteiriço fundamental do país. Portanto, o Brasil não poderia ausentar-se de nenhum arranjo diplomático naquela área – a importância era mais política, visto que o comércio com ela mal ultrapassava 5% de seu total (Helliwell, Boothe, McRae 1982; Lowy, Sader, Gorman 1985; Cavarozzi 1982).

Ademais, a relação entre Brasil e Argentina agastou-se, em vista do projeto energético do país com o Paraguai: a usina de Itaipu, ainda que a proposta não fosse inédita. Com a continuidade da crise, houve a percepção de que se intensificaria a disputa por recursos naturais na região. Assim, países buscaram assegurar seus direitos no Cone Sul, no Atlântico Sul e mesmo na longínqua Antártica. Eis a discordância na utilização do rio Paraná entre Brasília e Buenos Aires.

A rivalidade reforçou-se com a competição nuclear oficiosa, voltada para o desenvolvimento da propulsão naval e para o domínio do ciclo de produção de energia, através do enriquecimento do urânio.

Ambos não haviam assinado o Tratado de não Proliferação de Armas Nucleares, de 1968. Entre 1971 e 1975, o Brasil pareceu ultrapassar a Argentina, ao comprar uma usina nuclear da Westinghouse e ao adquirir da Alemanha Ocidental tecnologia alternativa que lhe possibilitasse enriquecer urânio, sem depender dos Estados Unidos.

A desconfiança estava no ar, vista a diferença política entre os três: a Argentina era uma democracia civil, mesmo em crise, ao passo que Brasil e Paraguai, ditaduras militares.

Em 1966, Brasília e Assunção assinaram um protocolo de intenções de cooperação energética, porém só em 1973 subscreveram um tratado para a construção da hidroelétrica, a maior do planeta. Com o acerto, finalizou-se um debate de quase duas décadas – ora reservado, ora público. O Brasil financiaria todo o projeto, iniciado em outubro de 1975.

Com a decisão de efetivar Itaipu, a Argentina foi a foros internacionais, como a própria Organização das Nações Unidas, para interrompê-la até obter uma alternativa – modificações técnicas possibilitariam a realização do empreendimento argentino-paraguaio, a usina de Corpus. Entre 1973 e 1975, ela teve certo êxito na peregrinação, mas sem a solidariedade da Bolívia e do Paraguai.

Em 1976, a Argentina reconheceu a impossibilidade de internacionalizar o assunto – Itaipu estava em andamento e Corpus era uma projeção. A solução seria um entendimento trilateral no qual as negociações se estenderiam por quase quatro anos.

Durante o andamento, Buenos Aires reconheceu a mudança de comportamento de Brasília por causa da diversificação comercial: inclusão de países africanos socialistas; assinatura de acordo nuclear com a Alemanha Ocidental em 1975; e denúncia do acordo militar com os Estados Unidos em 1977, vigente desde 1952. Assim, o relacionamento especial amero-brasileiro estava em xeque. Estavam abertas as portas para o fim de uma visão de soma zero no relacionamento entre os dois vizinhos.

A preocupação platina era política porque o crescimento econômico do Brasil, bem superior ao dos demais países da região, poderia consolidar sua supremacia no continente em poucos anos. Registrava que Brasília agiu em seu próprio benefício entre 1971 e 1973: ao apoiar o golpe do General Hugo Banzer na Bolívia em agosto de 1971; ao pressionar o Uruguai na eleição presidencial de novembro do mesmo ano, a fim de não ocorrer a vitória do candidato da esquerda, General Líber Seregni – Operação 30 horas, tempo estimado para ocupar o país – e ao aprovar a intervenção militar no Chile em setembro de 1973.

Paralelamente, o Brasil cuidava de sua parte norte, ao construir uma rodovia, a Transamazônica, com cerca de 4 mil quilômetros, e colonizar maciçamente aquela região.

A fim de distender a relação com Buenos Aires, Brasília enfatizava a identidade com o vizinho, ao reiterar o anticomunismo, o militarismo, o autoritarismo e o (relativo) antiamericanismo. Ademais, tinham de preocupar-se com uma questão maior de modo conjunto: a segurança do Atlântico Sul, por conta da aproximação de ex-colônias lusas na África com a União Soviética (Gaspari 2004; Cunha, Cabral 2006; Moniz Bandeira 2006; Santos 2002; Nickson 1982; Scheman 1987).

A Argentina ainda se preocupava com o Chile, em face do canal de Beagle, objeto de divergência desde o fim do dezenove. Em dezembro de 1978, os dois mobilizaram-se para um combate, interrompido por causa do clima – forte tempestade – e da ação diplomática vaticana. Graças a ela, as negociações seriam retomadas e a disputa encerrar-se-ia em 1985 (Arceneaux 1997; Kocs 1995; Scheman 1987; Garrett 1985; Parish 2006).

Bem antes da solução do arrufo com Santiago, Buenos Aires se voltou para Brasília e Assunção, com o propósito de superar a desinteligência. Em outubro de 1979, os três subscreveram um acordo comum. Seria a primeira pavimentação do entendimento e, por conseguinte, da superação da exagerada desconfiança de décadas. Eis a raiz da Ata para Integração Brasil-Argentina, de julho de 1986, e do sobrepujamento da rivalidade nuclear, ao acordar em maio de 1980 o desenvolvimento do setor apenas para fins pacíficos.

Na prática, o mais beneficiado foi o Brasil, ao ter na Argentina o comprador de maior potencial da região, ávido por manufaturados em troca de produtos agrícolas. Com o fim do desentendimento, os dois conduziram a reformulação da ALALC, a fim de ajustá-la às recomendações do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), concernente a protocolos de integração – implementá-los de modo gradativo. Como consequência, nasceria a Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração (ALADI) (Dávila-Villers 1992; Urquidi, Sanchez, Terrazas 1982; Tella 2000; Dagnino 1964).

Anos 80: reiteração dos laços

A existência da ALADI frustrou-se, em vista da continuidade da crise econômica no início da década de 80, decorrente do segundo choque do petróleo em pouco mais de cinco anos. Todavia, se na economia a expectativa baldou-se, na política, não.

Em abril de 1982, a desastrosa medida do governo platino de retomar à força as ilhas Malvinas desaguou de forma involuntária, ainda que benéfica, na aproximação maior com o Brasil. A guerra ocasionou em Brasília a postura de maior colaboração com Buenos Aires, haja vista a existência de problema similar, se o país fosse defender-se de uma potência norte-atlântica: carência de verbas para equipagem, descoordenação logística e despreparo burocrático de civis e militares.

O Brasil sustentou de modo diplomático a reivindicação da Argentina; por isso, emprestou-lhe aviões e não apoiou as sanções dos Estados Unidos a ela. Logo depois, conceder-lhe-ia um empréstimo de curto prazo e representaria seus interesses na Grã-Bretanha, após o conflito.

A intervenção militar auxiliou o fim da ditadura – somem-se a ela o arrocho salarial, a inflação, a dívida externa, a corrupção e o desemprego. Diante do desgaste, houve a convocação de eleição para outubro de 1983, vencida por um civil, Raul Alfonsín. Com ele, as metas da política externa seriam democracia, direitos humanos e integração continental. Em sua visão, sem democracia, não existiria estabilidade regional, nem desenvolvimento a contento (Hilton 1985; Selcher 1985; Dávila-Villers 1992; Kaufman 1985).

Em janeiro de 1985, escolheu-se também um civil no Brasil, Tancredo Neves, o que facilitaria a cooperação no Cone Sul, dado que no Uruguai havia outro, Julio Maria Sanguinetti, eleito em novembro de 1984. Em um primeiro momento, os laços argentino-brasileiros se reforçariam com a Declaração Conjunta de Iguazu, de novembro de 1985, com a Ata para Integração Argentina-Brasil, de julho de 1986, e com a Ata da Amizade Brasileiro Argentina, Democracia, Paz e Desenvolvimento, de dezembro daquele ano.

O alvo havia sido fomentar de modo gradual a interação comercial, por supressão de barreiras alfandegárias. Outrossim, firmou-se o primado do regime democrático. Caso um país sofresse retrocesso político, isso repercutiria de maneira imediata no outro.

Paralelamente, o Uruguai interessou-se em compor um mercado comum, dado que sua nova política externa contemplava de modo prioritário a América Latina, observada como a melhor área para suas exportações. Em 1987, os três assinaram uma declaração em Montevidéu, pela qual se salientou que paz, segurança, democracia e desenvolvimento entrelaçavam-se. Caso outro país intentasse juntar-se a eles, deveria ser democrático.

Isolava-se assim o Paraguai – ditadura militar desde 1954, sob Alfredo Stroessner. Em fevereiro de 1989, um golpe de Estado, executado pelo consogro do ditador, encerrou-a. O novo governo foi de pronto reconhecido, com o compromisso de convocar em pouco tempo a eleição presidencial. Com isso, poderia participar do processo de integração.¹

Em novembro de 1988, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que estipulava uma área de livre comércio em uma década, após uma política comercial e financeira comum. Em 1989, a Argentina desejou acelerar o processo – em vez de dez anos, cinco apenas.

Em julho de 1990, a Ata de Buenos Aires assinalou a nova fase de integração, sob viés neoliberal, entre Carlos Menem e Fernando Collor. Nela, fixou-se a data de funcionamento do mercado comum: 31 de dezembro de 1994. Em setembro daquele ano, Uruguai e Paraguai reiteraram o interesse de participar da nova organização regional (Vaz 2002; Vigevani, Mariano 2002; Ribeiro 2001).

Anos 90: a materialização da união

Na transição da década de 80 para a de 90, houve a adesão de quase todo o continente ao neoliberalismo, ao adotar o Consenso de Washington: livre-comércio, privatização, livre circulação do capital, desregulação, disciplina

¹ Sobre o valor da democracia, paz e desenvolvimento. Cf. Declaração de Iguazu. Disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/b_argt_256_733.htm. Acesso: 03 nov 2010; Disponível em: <http://www.senado.gov.br/evmmercosul/publico/setores/000/33/catalogo/4/6/HistoricoMercosul.pdf>. Acesso em: 03 nov 2010

fiscal rígida e encolhimento radical do Estado. Assim, houve o fim do nacional-desenvolvimentismo, caracterizado pelo processo de substituição de importações, protecionismo e autoritarismo.

Em março de 1991, o Tratado de Assunção previu o mercado comum do sul até janeiro de 1995, com participação do Uruguai e do Paraguai. Por ele, edificou-se juridicamente o bloco. Destarte, o MERCOSUL foi a resposta à nova configuração econômica e política mundial, mais aberta e integrada, por causa dos avanços tecnológicos nos meios de comunicação e de transporte e da extinção da dicotomia amero-soviética.

Ao mesmo tempo, foi um contraponto à tentativa multilateral de liberalização, através do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) ao longo da Rodada Uruguai, e à composição da Área de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA). O bloco renovou a atuação internacional dos quatro integrantes, baseados até então no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e na ALALC/ALADI.

Em janeiro de 1995, firmou-se a área de livre comércio, com a união aduaneira. Houve a transição para a liberalização por meio de progressivas reduções de barreiras alfandegárias e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, com o fito de estabelecer condições para a competição e protocolos sobre setores delicados, como o automobilístico. Criou-se o MERCOSUL para ser uma entidade intergovernamental, não supranacional. A adoção da tarifa externa comum em 1995 foi problemática, por causa do número de exceções. Com o tempo, a disparidade no comércio interno gerou insatisfação e obstará avanço maior (Klom 2003; Mecham 2003; Carranza 2003).

Conclusão

A década de 1980 assistiu à transformação política e econômica da América do Sul; se, no seu início, havia várias ditaduras militares, ao fim, eram poucas. Argentina e Brasil encerraram seus regimes autoritários em 1983 e 1985. Com a democracia formal, o processo de integração impulsionou-se bastante.

Na década de 90, a perspectiva regional cedeu à global, com o fito de crescer mais, ao vincular-se à zona de consumo norte-atlântica e pacífica; com a série de crises econômicas no mundo entre 1997 e 1999, a quimera de um desenvolvimento mundial fraterno evaporou-se. Nos últimos anos, Brasília e Buenos Aires têm dedicado mais atenção ao bloco, ampliado com a entrada de Caracas, ainda que não seja membro pleno.

A avaliação do MERCOSUL é dividida: a uns, ele teria malgrado como forma de integração regional e de desenvolvimento, ao repetir as mesmas diferenças existentes entre os membros antes de sua constituição. Brasil e Argentina resistiriam a ajustar suas políticas macroeconômicas e a concertar de fato uma tarifa externa comum.

Por outro, a existência do bloco contribuiu para o fim das rivalidades políticas entre Brasília e Buenos Aires e ajudou a consolidar a democracia no Cone Sul, ao impedir, por exemplo, o êxito de um golpe de Estado no Paraguai em 2000.

Ademais, o MERCOSUL auxilia a manter o setor industrial brasileiro ativo, ao impedir a predominância total da agroexportação, e pode tornar-se uma potência energética, tendo em vista sua capacidade na geração hidroelétrica, petrolífera e de biocombustível.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

Argentina-Chile-United Kingdom: Agreement to Arbitrate the Beagle Channel Controversy. 1971. *International Legal Materials*. 6: 1182-1990;

Argentina-Chile: negotiation and Conclusion of Border Dispute Agreement. 1985. *International Legal Materials*. 1:1-31;

Resenha de Política Exterior do Brasil. 1980. Brasília: Ministério das Relações Exteriores. 25:52-58, 201-208.

Fontes Secundárias

- Alencar Arraes, Francisco de. 1964. April Fool's Day in Brazil. *Commonweal* 80:192-193;
- Arceneaux, C. L. 1997. Institutional Design, Military Rule, and Regime Transition in Argentina (1976-1983): An Extension of the Remmer Thesis. *Bulletin of Latin American Research* 3: 327-350;
- Carranza, Mario. 2003. Can Mercosur Survive? Domestic and International Constraints on Mercosur. *Latin American Politics and Society* 2:67-103;
- Cavarozzi, Marcello. 1982. El "Desarrollismo" y las Relaciones Entre Democracia y Capitalismo Dependiente en Dependencia y Desarrollo en America Latina. *Latin American Research Review* 1:152-165;
- Cunha, Paulo, Cabral Fátima (orgs). 2006. *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Universidade Estadual de São Paulo, 47-52;
- Dagnino, José María. 1964. Antecedentes y Perspectivas de la Asociación Latinoamericana de Libre Comercio. *Desarrollo Económico* 14/15: 95-109.
- Dávila-Villers, David. 1992. Competition and Co-operation in the River Plate: The Democratic Transition and Mercosur. *Bulletin of Latin American Research* 3: 261-277;
- Espartaco. 1966. La "crisis latinoamericana" y su marco externo. *Desarrollo Economico* 22/23: 319-354;
- Garrett, James. 1985. The Beagle Channel Dispute: Confrontation and Negotiation in the Southern Cone. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 3: 81-109;
- Gaspari, Elio. 2004. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 369-398;
- Helliwell, John, Boothe, Paul, McRae, Robert 1982. Stabilization, Allocation and the 1970s Oil Price Shocks. *The Scandinavian Journal of Economics* 2: 259-288;
- Hilton, Stanley. 1981. The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: End of the Special Relationship. *The Journal of American History* 3: 599-624.
- Hilton, Stanley. 1985. The Argentine Factor in Twentieth-Century Brazilian Foreign Policy Strategy. *Political Science Quarterly* 1:27-51;
- Kaufman, Robert. 1985. Democratic and Authoritarian Responses to the Debt Issue: Argentina, Brazil, Mexico. *International Organization* 3: 473-503;
- Klom, Andy. 2003. Mercosur and Brazil: A European Perspective. *International Affairs* 2:351-368;
- Kocs, Stephen. 1995. Territorial Disputes and Interstate War, 1945-1987. *The Journal of Politics* 1:159-175;
- Levinson, Jerome. 1972. After the Alliance for Progress: Implications for Inter-American Relations. *Proceedings of the Academy of Political Science* 4: 177-190;
- Lowy, Michael, Sader, Eder, Gorman, Stephen. 1985. The Militarization of the State in Latin America. *Latin American Perspectives* 4: 7-40;
- Maram, Sheldon. 1990. Juscelino Kubitschek and the Politics of Exuberance, 1956-1961. *Luso-Brazilian Review* 1: 31-45;
- Mecham, Michael. 2003. Mercosur: A Failing Development Project? *International Affairs* 2:369-387;
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. 2006. Brazil as a Regional Power and Its Relations with the United States. *Latin American Perspectives* 3:12-27;
- Nickson, Andrew R. 1982. The Itaipu Hydro-Electric Project: The Paraguayan Perspective. *Bulletin of Latin American Research* 1:1-20;

- Parish, Randall. 2006. Democrats, Dictators, and Cooperation: The Transformation of Argentine-Chilean Relations. *Latin American Politics and Society* 1:143-174.
- Parkinson, F. 1974. Latin American Foreign Policies in the Era of Détente. *International Affairs* 3: 439-450;
- Philip, George. 1980. The Military Institution Revisited: Some Notes on Corporatism and Military Rule in Latin America. *Journal of Latin American Studies* 2: 421-436;
- Porcile, Gabriel. 1995. The Challenge of Cooperation: Argentina and Brazil, 1939-1955. *Journal of Latin American Studies* 1:129-159;
- Ribeiro, Patrícia. 2001. *As relações entre o direito internacional e o direito interno*. Belo Horizonte: Del Rey, 161-206;
- Rodrigues, José Honório. 1962. The Foundations of Brazil's Foreign Policy. *International Affairs* 3: 324-338;
- Santos, João Resende. 2002. The Origins of Security Cooperation in the Southern Cone. *Latin American Politics and Society* 4:89-126;
- Scheman, L. Ronald. 1987. Rhetoric and Reality: The Inter-American System's Second Century. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 3:1-31.
- Selcher, Wayne. 1985. Brazilian-Argentine Relations in the 1980s: From Wary Rivalry to Friendly Competition. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 2: 25-53;
- Tella, Torcuato di. 2000. ¿Qué se gana con una Unión Sudamericana? *Desarrollo Económico* 159: 519-536;
- Tulchin, Joseph. 1988. The United States and Latin America in the 1960. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 1:1-36.
- Urquidí, Victor, Sanchez, Vincente, Terrazas, Eduardo. 1982. Latin America and World Problems: Prospects and Alternatives. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 24: 3-36;
- Vaz, Alcides Costa. 2002. *Cooperação, integração e processo negociador. A construção do MERCOSUL*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 123-150;
- Vigevani, Tullo, Mariano, Marcelo. 2002. *ALCA: o gigante e os anões*. São Paulo: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, 21-72;
- Wolpin, Miles. 1981. Military Radicalism in Latin America. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 4: 395-428.

Resumo

o artigo trata do longo processo de integração política e econômica dos países do Cone Sul. Ele aborda os primeiros passos da tentativa de união, ocorridos ainda no início da Guerra Fria. O texto estende-se até o começo da década de 90, quando quatro países – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – formaram o Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

Abstract

the article deals with the long process of political and economical integration of the Southern Cone countries. It refers to the first attempts to bring them together towards a unification during the beginning of the Cold War. The article goes up to the beginning of the 90s when four countries – Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay – formed the Southern Common Market – Mercosur.

Palavras-chaves: integração sul-americana; MERCOSUL; Guerra Fria

Key words: South American Integration; MERCOSUR; Cold War

Recebido em 16/01/2011

Aprovado em 16/02/2011